

CÂMARAS COM B MAS SEM INVEST

RESULTADOS DO ANUÁRIO FINANCEIRO AGRADA, APESAR DA FALTA DE OBRAS

FRANCISCO JOSÉ CARDOSO
fcardoso@dnoticias.pt

“As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira foram no biénio de 2013 e 2014 e, mais intensamente, no último destes dois anos, um exemplo de ajustamento da previsão da receita à real capacidade de cobrança da mesma”, pode-se ler numa das notas do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresentado ontem no Funchal. Também se lê, no que toca aos municípios madeirenses, que “verificou-se em 2014, na generalidade dos municípios, uma liquidação da receita superior ao montante de receita prevista, bem como uma grande aproximação do valor cobrado ao montante orçado”.

Esta curta nota espelha bem a boa classificação que os 11 municípios da Madeira e do Porto Santo tiveram no global das contas do estudo promovido pela renomeada Ordem dos Contabilistas Certificados (ex-OTOC). Com uma independência financeira global relativamente baixa (30,7%), as câmaras municipais da Região Autónoma da Madeira muito dificilmente conseguirão nos próximos tempos folga financeira para fazer obra, que habitualmente, noutra conjuntura económica, era a que fazia a diferença entre um bom e um mau mandato.

O presidente da Câmara Municipal do Funchal, mas que interveio na conferência intitulada “A políti-



João Carvalho (em primeiro plano na foto) e outros três especialistas conceberam o Anuário. A apresentação decorreu ontem no

ca, os políticos e a gestão dos dinheiros públicos” na qualidade de presidente da Associação de Municípios lembrou que, apesar das boas contas, têm-se deparado com esta necessidade de cortar, sobretudo no investimento, mas não deixou de dar nota um ‘tira-teimas’ com o Governo Regional, no caso sobre as receitas de IRS, processo que ainda está em tribunal.

Palavras já depois das intervenções do principal responsável do estudo, João Carvalho, que dera nota da melhoria na saúde financeira dos municípios da Região Autónoma da Madeira, embora com

alguns reparos (nomeadamente nos prazos de pagamento de algumas autarquias), bem como da intervenção do Bastonário da OCC, Domingues de Azevedo, ter realçado a importância da transparência na gestão da coisa pública, e da juíza conselheira do Tribunal de Contas na Madeira, Laura Tavares da Silva, apostada em combater a fraude, e a evasão fiscal e o rigor.

O autarca começou por lamentar precisamente a descredibilização dos políticos, mas acreditando que a nova geração de autarcas está a fazer este trabalho de credibilização.

Lembrando que houve no passado casos de corrupção e de má gestão da coisa pública e, mesmo assim, houve autarcas que foram reeleitos para os cargos, Paulo Cafôfo acredita que a informação para a cidadania é crucial para que estas situações não voltem a acontecer, apostando em ferramentas como o orçamento participativo nas autarquias e até desafiando o Governo Regional a optar por colocar uma parte do seu orçamento para a participação mais directa dos cidadãos nas decisões.

Desafio que Rui Gonçalves, secretário regional das Finanças e da

ALGUNS DADOS AGRUPADOS SOBRE AS CONTAS DAS AUTARQUIAS DA RAM (CONFORME O ANUÁRIO FINANCEIRO DOS M

Município	Indepen. Financ. (%)	Exec. Receita (%)	Volume receita (€)	Peso Impostos/Taxas face a receita (%)	Receita IMI (€)	Receita IMT (%)
FUNCHAL	72,9	89,1	72 875 418	42,6	16 829 263	3 617 029
SANTA CRUZ	61,4	64,8	32 902 855	20,9	4 111 770	681 254
CÂMARA DE LOBOS	61,0	101,6	16 142 877	19,2	2 116 570	250 911
MACHICO	34,2	93,6	16 282 812	13,9	1 683 370	92 509
RIBEIRA BRAVA	34,1	62,8	8 599 404	15,0	790 608	113 714
SANTANA	27,7	100,5	6 961 512	11,1	520 927	50 743
PONTA DO SOL	23,4	87,0	5 428 654	21,0	645 174	91 300
SÃO VICENTE	22,1	70,5	5 361 290	13,4	473 985	55 472
CALHETA	20,8	90,7	10 535 260	16,0	986 771	281 021
PORTO MONIZ	18,2	76,5	4 649 765	7,7	237 936	11 266
PORTO SANTO	13,4	81,3	4 841 989	58,2	2 178 770	340 857



OAS CONTAS UMENTOS

REAÇÕES DE TRÊS PRESIDENTES NA CONFERÊNCIA



FILIPE SOUSA - SANTA CRUZ
 ■ Espera reduzir o tempo de pagamento a 90 dias até final do ano, embora reconheça que ainda está com um prazo muito alto. Salientou que em 2014 foi obrigado a empolar a receita para fazer face às “despesas encontradas dentro da gaveta”, afirmando mais do que uma vez que Santa Cruz “está falido”. Mesmo assim acredita que o concelho está a aproximar as despesas das receitas. Perante meio mandato, o autarca diz que ‘assinou’ um contrato por quatro anos, mas ainda não decidiu se vai continuar. “O que tenho feito é trabalhar para consolidar as contas públicas, num concelho falido mas que ao contrário das previsões continua de portas abertas, e satisfazer as necessidades das pessoas”, apontou.



EMANUEL CÂMARA - P. MONIZ
 ■ Salientou que espera pelos fundos comunitários para dinamizar o emprego ‘verde’ e ‘azul’, que são o grande potencial da “capital do Norte”, atirou. Espera, mesmo assim, por outras receitas e que, neste particular, o Governo Regional possa trabalhar para devolver as receitas de IRS das autarquias, lamentando que a posição de autarca do passado não leve o actual presidente do Governo Regional a não aplicar agora que está noutra posição. Em concreto, tem dado ao governo tempo para colocar na prática as decisões/posições tomadas nas reuniões com os autarcas na Quinta Vêgia. “O mal das contas públicas neste país não é só dos autarcas, pois quem lá esteve em posição cimeira não fez por colocar regras claras”, frisou.



CARLOS TELES - CALHETA
 ■ Garante que nas contas futuras não tem “intencões de abater mais ninguém, além das palmeiras”, ironizou o autarca sobre o abate de árvores na marginal da vila. Garantiu que como autarca está “perto das pessoas, em contacto diário com os eleitores, o que é uma vantagem porque não somos acusados de só procurar as pessoas na altura das eleições”, notou. “Tentei colocar em prática a preocupação das pessoas com as finanças da autarquia, ter cuidado com o que se investe, que o tempo das grandes obras passou, embora tenham sido importantes”, argumentou. Mas, também, implica falta de investimento, porque os resultados agora estão melhores e são garantia de satisfação.



Casino Park Hotel. FOTOS JOANA SOUSA/ASPRSS

Este ano, o documento despertou o interesse de menos público.

Administração Pública, interventor no evento, não deixou passar, dizendo que não está nas intencões do Governo em colocar na prática, mesmo que não fechando a porta definitivamente à ideia. Reafirmou o objectivo do “rigor, da verdade, da transparência e de responsabilização da gestão dos dinheiros públicos”, daí que esteja apostado em recuperar a credibilidade perdida da Região. Em resposta a recentes críticas da oposição política, lembrou que no caso da dívida regional, que se conseguiu reduzir “em mais de 520 milhões de euros nos últimos 3 anos e meio. Com efei-

GOVERNO REGIONAL E AUTARQUIAS AINDA NÃO SE ENTENDERAM SOBRE A DEVOLUÇÃO DE 5% DO IRS

to, depois da nossa dívida global ter aumentado de 2011 para 2012, fruto sobretudo da execução orçamental, cerca de 300 milhões de euros, passando dos 6,3 para os 6,6 mil milhões de euros, a partir de 2013, inclusive, a dívida tem vindo a diminuir ano após ano, atingindo actualmente cerca de 6,1 mil milhões de euros, com uma tendência crescente que será comprovada pelos dados que serão em devido tempo divulgados”, prometeu.

www.dnoticias.pt
 LEIA AS INTERVENÇÕES NA CONFERÊNCIA EM 'ACTUALIDADE' NA SECÇÃO DE 'ECONOMIA'.

MUNICÍPIOS PORTUGUESES - 2014)

Vol. despesas realiz. (€)	Peso despesas c/ pessoal nas despesas (%)	Vol. Amortizações de empréstimos (€)	Grau Execução Receitas vs Despesas (%)	Passivo Exigível (Dívida) (€)	Variação do Passivo (%)	Dívida total (€)	Índice da dívida (%)
80 514 819	41,0	8 665 145	13,8	84 062 934	-11,2	83 337 162	83,9
41 653 152	20,2	2 342 652	-224,4	32 644 825	-11,3	32 509 208	145,5
14 822 657	28,0	1 667 815	-20,8	12 103 236	-10,7	12 035 818	76,4
16 739 782	21,3	1 499 275	2,1	16 979 702	-35,5	16 882 595	141,1
9 833 788	19,1	1 448 092	9,2	10 946 457	-25,6	10 883 483	132,4
6 580 748	22,4	1 353 687	-5,5	4 519 386	-39,6	4 494 399	67,0
5 516 492	31,0	435 596	-4,6	1 687 565	-0,1	1 642 468	25,1
5 928 387	24,2	612 141	7,5	7 525 921	-23,5	7 456 311	135,7
10 051 582	26,4	1 250 800	-13,9	9 292 636	-14,6	9 248 155	91,0
4 112 111	33,0	328 582	-9,2	3 789 696	-5,5	3 765 302	80,4
4 082 910	57,4	392 401	-12,7	4 485 405	-3,9	4 077 726	59,0

BOAS CONTAS, MUITOS CORTES

Desempenho financeiro agrada, mas os autarcas queixam-se da falta de investimentos. Os reparos foram deixados na iniciativa OCC/DIÁRIO/TSF **P.16 E 17**



FOTO JOANA SOUSA / ASPRESS